

## ESP-CASA CIVIL

# Estudo Técnico Preliminar 117/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 001.00009727/2025-91

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente solicitação tem por finalidade a **aquisição de uniformes completos, masculino e feminino, destinados aos servidores da Frota da Casa Civil**, com o objetivo de padronizar a apresentação visual, garantir a identificação adequada dos profissionais em serviço, promover a segurança, conforto e profissionalismo, além de contribuir para a imagem institucional do órgão.

2.2. Os uniformes são de uso obrigatório para os servidores que atuam na condução de veículos oficiais, no apoio logístico, no controle de entrada e saída de veículos, bem como em outras atividades operacionais relacionadas à frota. Estes profissionais desempenham funções externas e internas que exigem vestuário específico, resistente, confortável e adequado às diferentes condições climáticas e operacionais.

2.3. A padronização do vestuário facilita a **identificação imediata dos servidores pela população, autoridades e demais órgãos públicos**, contribuindo para a transparência e credibilidade dos serviços prestados. Além disso, o uso do uniforme contribui para a **disciplina, organização, segurança e economia institucional**, uma vez que evita o uso de roupas pessoais e promove a uniformidade visual da equipe.

2.4. Considerando o desgaste natural decorrente do uso contínuo, exposição ao sol, chuvas e movimentações constantes, torna-se necessária a **substituição periódica das peças**, de forma a manter a apresentação e funcionalidade dos uniformes em níveis adequados. Dessa forma, justifica-se a presente aquisição como uma ação de manutenção e valorização dos servidores que atuam diretamente na operacionalização da frota da Casa Civil.

2.5. Os kits de uniformes deverão contemplar, no mínimo, os seguintes itens:

- Costume (Blazer e Calça) Masc.,
- Camisa Social Masc.;
- Sapato Social Masc.;
- Blazer Feminino.;
- Calça Social Feminino;
- Camisa social Feminino;
- Sapato Feminino.

2.6. Todos os itens devem ser fornecidos em **modelagens masculinas e femininas**, respeitando os diferentes biotipos e necessidades de conforto, funcionalidade e mobilidade dos servidores. Os materiais utilizados devem seguir especificações técnicas mínimas de qualidade, durabilidade e ergonomia, a serem detalhadas no **Termo de Referência**.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessor Técnico II - Centro de Transportes da Casa Civil	Valter José dos Santos
Diretor Técnico II - Centro de Transporte da Casa Civil	Altemir José Teixeira

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Aquisição de uniformes completos para os servidores do Centro de Transporte da Casa Civil que atuam no atendimento às demandas do Palácio dos Bandeirantes.

#### 4.1.1. Especificação Técnica dos Uniformes

Deverão ser detalhados os seguintes aspectos para cada peça do uniforme:

- Tipo de vestuário (ex: camisa social, calça, jaqueta, colete, etc.);
- Tecido (composição mínima exigida, como algodão, poliéster, etc.);
- Cor e padronagem;
- Modelagem (masculina/feminina ou unissex);
- Tamanhos disponíveis;
- Resistência e durabilidade do material;
- Instruções de lavagem e conservação.

#### 4.1.2. Quantitativo Estimado

Indicação do número de servidores beneficiados e quantidade de unidades por item de uniforme, com margem para reposição.

#### 4.1.3. Condições de Fornecimento

- Entrega única ou parcelada;
- Local de entrega: Centro de Transporte da Casa Civil - Av. Morumbi, 4.500 sala 36 (para amostra), e sala 14 Térreo;
- Prazo máximo de entrega após emissão da ordem de fornecimento (ex: 30 dias corridos);
- **Obrigatoriedade de amostra prévia para aprovação.**

#### 4.1.4. Critérios de Qualidade

- Os uniformes deverão atender aos padrões de qualidade mínimos estabelecidos;
- A Administração poderá realizar testes de conformidade e inspeção durante o recebimento;

#### 4.1.5. Obrigações da Contratada

- Entregar os produtos conforme as especificações e prazos definidos;
- Substituir, sem ônus, qualquer item com defeito ou em desacordo com as especificações;
- Manter durante a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### 4.1.6. Fundamentação Legal

- Lei nº 14.133/2021, especialmente os artigos:
  - **6º, XXIII e XXV** – Definição do objeto e requisitos do Termo de Referência;
  - **11** – Planejamento da contratação;
  - **18** – Requisitos de sustentabilidade e critérios técnicos;
  - **20** – Justificativa técnica e avaliação da economicidade;
  - **40 a 42** – Critérios de julgamento e habilitação.

#### 4.1.7. Forma de Seleção do Fornecedor

- Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preço, com critério de julgamento por **menor preço por GRUPO**;
- Possibilidade de reserva de participação para ME/EPP conforme LC 123/2006, se aplicável.

#### 4.1.8. Requisitos de Sustentabilidade (se aplicável)

- Priorizar fornecedores que comprovem práticas sustentáveis, uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis, e responsabilidade socioambiental.

#### 4.1.9. Da Garantia

**No caso em tela, observa-se que o objeto refere-se ao fornecimento de uniformes, itens de prateleira, padronizados, de baixa complexidade técnica e cuja entrega se dá de forma direta e única, sem etapas sucessivas de engenharia ou prestação continuada de serviços. Assim, os riscos operacionais relacionados à execução contratual são considerados baixos, especialmente porque:**

- Os uniformes podem ser inspecionados e conferidos no ato da entrega;
- Eventuais inconsistências de quantidade, qualidade ou especificação podem ser solucionadas mediante glosas, reentregas ou penalidades ordinárias previstas no contrato;
- A ARP não implica contratação imediata, mas apenas a expectativa de fornecimento conforme necessidade do órgão, o que diminui riscos financeiros à Administração;
- O mercado fornecedor desse tipo de material é amplo, reduzindo a probabilidade de descontinuidade de fornecimento.

**Diante do exposto, recomenda-se a não exigência de garantia contratual, dado o baixo risco associado ao objeto, a natureza padronizada dos itens, a inexistência de complexidade técnica e o possível aumento de custos ao erário. Permanecem plenamente aplicáveis as demais sanções previstas na legislação e no contrato, suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor.**

### 5. Levantamento de Mercado

5.1. Em atendimento ao Art. 18, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foram encontradas no presente estudo, para atendimento da demanda em adquirir peças do vestuário masculino a serem utilizados pelos integrantes da Casa Civil, a possibilidade de 02 (duas) alternativas prevista no mercado:

I - Aquisição

II - Locação

5.2. Na alternativa II (locação), torna-se inviável tendo em vista que no mercado esta modalidade visa eventos específicos, tais como casamentos, formaturas entre outros, os quais necessitam de determinado tipo de vestuário. Nesta modalidade também visa a utilização do vestuário por um período determinado, ou seja, normalmente por 1 (um) ou 2 (dois) dias.

5.3. Conclui-se que observando as opções do mercado para adquirir o bem, entre locação e compra, e analisando tecnicamente as atividades desempenhadas pelo efetivo o qual irá utilizar tal vestimenta, a opção de compra é a mais adequada, pois a locação possui valores elevados, o que torna inviável a locação, ainda, o vestuário possui características comuns de mercado, o que contribui diretamente para aquisição por meio licitatório, com menor preço.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a necessidade de suprir com vestimentas adequadas aos servidores desta Casa Civil que compõem a equipe da Coordenadoria de Transporte, no atendimento às demandas com perfeitas condições, além de buscar confiabilidade, segurança, agilidade e praticidade na execução das atividades, sendo pormenorizada a descrição, quantitativo, especificações técnicas, condições de entrega, etc..., ao longo desse ETP.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades a serem contratadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
1	Costume (blazer e calça) Masc.	336
2	Camisa Social Masc.	672
3	Sapato Social Masc.	336
4	Gravata Social Masc.	168
5	Calça social Feminina (idêntica ao blazer)	12
6	Blazer Social Feminino (terno)	12
7	Camisa Social Feminino	24
8	Sapato Social Feminino	12

7.2. A descrição detalhada dos itens estará disponível no Termo de Referência, uma vez que os itens cadastrados no Sistema de Compras SP são genéricos em relação ao objeto da aquisição.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O custo total estimado da contratação é de R\$ R\$ 888.935,04 (oitocentos e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco reais e quatro centavos). O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento de objeto é a análise relativa à divisão do objeto licitado em itens ou lotes sempre que isso incorrer em potencial aumento da competitividade sem afetar negativamente os aspectos técnicos, com economia de escala preservada. Nesse contexto, considerando que a proposta mais vantajosa para o Estado é aquela que vai garantir para a administração pública a melhor relação custo-benefício, inclusive, visando qualidade e preço, verifica-se que não será necessária a utilização do parcelamento, conforme inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não existem contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação, conforme (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Essa contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do presente exercício, bem como para o ano de 2026.

## 12. Resultados Pretendidos

12.1. A utilização de uniformes visa atender a **diversas finalidades operacionais, funcionais e institucionais**, entre as quais se destacam:

**12.2. Padronização Visual e Identificação Funcional:** Os uniformes proporcionam a fácil identificação dos servidores que atuam no transporte institucional, favorecendo a segurança, a organização e o controle de acesso em áreas de circulação restrita no Palácio dos Bandeirantes.

**12.3. Apresentação e Imagem Institucional:** Por se tratar de uma unidade que lida diretamente com autoridades, convidados oficiais e representantes de outros entes federativos e estrangeiros, é essencial que os servidores apresentem-se com vestimentas compatíveis com a **imagem institucional e a formalidade exigida** pelo ambiente.

**12.4. Segurança e Funcionalidade no Trabalho:** Os uniformes são confeccionados com materiais apropriados para as atividades desempenhadas, considerando aspectos como **durabilidade, conforto térmico e mobilidade**, garantindo melhores condições de trabalho aos servidores e maior eficiência na execução de suas atribuições.

**12.5. Conformidade Legal:** A presente aquisição está amparada nos princípios da **eficiência, economicidade e padronização** previstos na **Lei nº 14.133/2021**, em especial nos artigos 11, 18 e 20, que tratam do planejamento das contratações, da racionalização dos processos administrativos e da adequada descrição do objeto a ser contratado. A contratação seguirá as diretrizes da nova legislação, garantindo a **transparência, isonomia e competitividade** entre os fornecedores.

**12.6. Previsão no Plano de Contratações Anual (PCA):** A demanda encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual vigente, em conformidade com o artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando o alinhamento com o planejamento estratégico e orçamentário da administração pública.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não será necessário nenhum treinamento ou capacitação de pessoal ou adequação das instalações para o emprego do material.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A vestimenta é uma necessidade que acompanha a humanidade há muito tempo. Além da função social de diferenciar culturas, profissões e religiões, a roupa protege e abriga o corpo humano do vento, do frio, do sol e de outros agentes externos. No Brasil, o ramo têxtil é muito significativo e envolve diversas etapas, como produção das fibras, desfiles de moda, tecelagem, fiação, varejo, etc. Os impactos ambientais causados pela indústria têxtil dependem do tipo de fibra têxtil produzida. Entretanto, mesmo que haja diferenças nos tipos e níveis de impactos gerados conforme o tipo de fibra têxtil produzida (algodão, lã, viscose, viscose de bambu, tencel, poliamida/náilon, poliéster, entre outras) sempre há impactos ambientais envolvidos. Emissões são oriundas do transporte, da criação de animais (no caso da lã e do couro), do tipo de fibra usada (poliéster é derivada do petróleo), do gasto de água e da demanda energética. Conhecer os impactos de cada tipo de fibra têxtil é essencial para fazer a escolha que melhor se encaixe ao seu perfil, de modo a prolongar a vida útil das roupas.

14.2. Neste quesito, a contratada deverá adotar práticas mais ecológicas na produção das vestimentas.

14.3. Este Estudo Técnico está alinhado ao Plano de Logística Sustentável.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que a aquisição das vestimentas é a forma mais viável e vantajosa para a Administração, esta equipe opta pela contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VALTER JOSE DOS SANTOS**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/01/2026 às 13:06:14.

**LEANDRO ADAO DA SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 14/01/2026 às 11:29:05.*

**ALTEMIR JOSE TEIXEIRA**

Autoridade competente